

Cidadania e justiça ambiental: ações de mobilização nos bairros Gameleiras e Águas Gerais no município de São João del-Rei (MG).

Thiago Luis de Almeida Moreira (NINJA/DECIS/UFES)

Eder Jurandir Carneiro (NINJA/DECIS/UFES)

Graduando em Pedagogia na Universidade

Federal de São João del-Rei e bolsista do

programa de extensão “Cidadania e justiça

ambiental: ações de mobilização comunitária em

São João del-Rei (MG)”. 2008) e-mail:

eder@oi.com.br

Resumo

O texto procura relatar as experiências extensionistas desenvolvidas, no ano de 2008, nos bairros Águas Gerais/Gameleiras. O trabalho realizou-se pela leitura de textos de Sociologia dos Conflitos Ambientais; participação nas reuniões e ações das associações de moradores dos bairros; acompanhamento e auxílio, pelos alunos e coordenador, nas interações entre as lideranças comunitárias e órgãos públicos e/ou outros atores para a obtenção de melhorias sócio-ambientais; produção e distribuição domiciliar de “folhas informativas” trimestrais sobre os trabalhos desenvolvidos nos bairros Águas Gerais/Gameleiras. O movimento reivindicativo dos bairros supracitados enfrenta obstáculos consideráveis ligados à precariedade das condições de vida vigentes e à presença de fortes clivagens político-partidárias, aprofundadas em épocas de campanha eleitoral. Contudo, o processo de reorganização da associação dos moradores conhece algum avanço e reuniões têm se realizado para obter a instalação de redes de captação de esgotos e de distribuição de água potável no bairro Águas Gerais, equipamentos essenciais de saneamento básico inexistentes no bairro.

Palavras-chaves: Cidadania, mobilização, justiça ambiental, Gameleiras/Águas Gerais.

Citizenship and environmental justice: mobilization of action in Gameleiras and Águas Gerais neighborhood in municipal district of São João del-Rei (Brazil).

Summary

The text looks for to say the developed extension of experiences in the year of 2008 in the quarters Águas Gerais/Gameleiras. The work was become fulfilled for the reading of texts of Sociology of the Ambient Conflicts; participation in the meetings and action of the associations of inhabitants of the quarters; accompaniment and aid, for the pupils and coordinator, in the interactions between the communitarian leaderships and public agencies and/or other actors for the attainment of

partner-ambient improvements; quarterly “domiciliary pappers informatives” leaf production and distribution on the works developed in the quarters Águas Gerais/Gameleiras. The vindicative movement of the above-mentioned quarters faces on considerable obstacles to the precariousness of the effective conditions of life and to the presence of strong sewer system politician-partisans, deepened at times of electoral campaign. However, the process of reorganization of the association of the inhabitants knows some advance and meetings if have carried through to get the installation of nets of captation of sewers and drinking waters distribution in the quarter Águas Gerais, inexistent essential equipment of basic sanitation in the quarter.

Keyword: Citizenship, mobilization, enviromental justice, Gameleiras/Águas Gerais.

Ciudadanía e justicia ambiental: acción de movilización en los barrios Gameleiras e Águas Gerais de la región de São João del-Rei (Brasil).

Resumen

El texto busca relatar las experiencias desarrolladas por los alumnos de posgrado en el año de 2008 en los barrios Águas Gerais/Gameleiras. El trabajo fue realizado por medio la lectura de textos de sociología de los conflictos ambientales; participación en las reuniones y acciones en las asociaciones de los habitantes de los barrios ; acompañamiento y ayuda, por parte de los alumnos y del coordinador, en las interacciones entre los líderes comunitarios y las agencias públicas y/o otros agentes para el logro de mejoras socio-ambientales; la producción y la distribución “informativos” domiciliarios trimestrales sobre los trabajos desarrollados en los barrios Águas Gerais/Gameleiras. El movimiento reivindicativo de los barrios ya dichos, enfranta obstáculos considerables relacionados a la precariedad de las condiciones de vida eficaces y a la presencia de fuerzas político-partidarias , profundizadas en tiempos de campaña electoral. Sin embargo, el proceso de reorganización de la asociación de los vivientes conoce algun avance y reuniones se han ejecutado para conseguir la instalación de redes de captación de alcantarillas y de la distribución de agua potable en el barrio Águas Gerais. Equipo esencial de saneamiento básico inexistente en el barrio.

Palabra Clave: ciudadanía, movilización, justicia ambietale, Gameleiras/Águas Gerais.

I – Introdução.

O presente artigo apresenta os resultados finais das atividades de pesquisa e extensão executadas, entre abril e novembro de 2008, nos bairros Gameleiras e Águas Gerais, pelo programa de extensão “Cidadania e justiça ambiental: ações de mobilização comunitária em São João del-Rei

(MG)”, desenvolvido no âmbito do Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA)¹, vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São João del-Rei.

Os dois bairros supracitados caracterizam-se por serem regiões carentes e que enfrentam graves problemas sócioambientais, objeto desse artigo. Da perspectiva teórica que nos orienta, a precariedade e/ou ausência de equipamentos e serviços de infra-estrutura urbana que marca os bairros Águas Gerais e Gameleiras não resultam do acaso. Pelo contrário, entende-se que, numa sociedade capitalista, dinâmicas das formas de propriedade vigentes e relações de produção determinam a apropriação das condições naturais - matérias e energias - como condições intrínsecas destinadas à acumulação de riqueza abstrata (capital). Essa lógica implica e condiciona a distribuição desigual do controle e uso das condições naturais e territórios, concentrando-o nas mãos dos grupos e classes sociais dominantes. De outra parte, a mesma lógica faz recair sistematicamente sobre as classes subalternas a maior parte do ônus das formas dominantes de apropriação dos territórios e condições naturais, configurando uma situação de “injustiça ambiental”².

Num tal quadro, a continuidade do sistema de acumulação de capital e consumo de mercadorias, em permanente expansão, só pode se dar, à custa da expropriação e degradação dos territórios utilizados ou utilizáveis pelos grupos econômica e politicamente fragilizados, os quais, por sua vez, sob diversas formas, constituem ações de resistência à expropriação. Essa sociedade é, portanto, estruturalmente atravessada por conflitos ambientais, isto é, disputas em que agentes sociais, em condições desiguais, lutam pela apropriação dos territórios³ e condições naturais.

Ressaltamos que o objeto dos conflitos ambientais não se refere apenas a ecossistemas “raros” e condições naturais, mas também se referem a territórios. Nesse sentido, tomamos como objeto determinados espaços urbanos no município de São João del-Rei como territórios urbanos⁴ e os processos pelos quais se dão os conflitos ambientais⁵ urbanos, envolvendo diversos atores, com suas distintas percepções, significados e interesses. Assim,

“[...] pensa-se o conceito de território, para além de sua acepção jurídico-política, o que, entre outras coisas, requer que se leve em consideração os conflitos entre atores que, em diversas escalas, pretendem construir territórios em acordo com suas concepções e interesses, considerando-se que esses conflitos são mediados pela autoridade política. E é por meio dessa mediação que essa autoridade se (des)legitima, ao (des)legitimar atores, conflitos e suas cristalizações nos territórios”. (CARNEIRO, 2007).

É nesse contexto que o projeto - e os sujeitos que o compõem⁶ - tem como objetivo auxiliar a organização da Associação de Moradores dos bairros Gameleiras e Águas Gerais na luta pela

melhoria de suas condições sócio-ambientais de vida, oferecendo subsídios teóricos e práticos para sua ação política no ganho e efetivação de serviços e equipamentos de infra-estrutura urbana.

II – Metodologia

O trabalho desenvolveu-se com encontros quinzenais para leitura e discussão de textos de sociologia dos conflitos ambientais e aportes teóricos específicos sobre gestão urbana, Plano Diretor, etc. Também se deu o acompanhamento, participação e assessoria às reuniões da Associação de Moradores dos Bairros Gameleiras e Águas Gerais. Este acompanhamento e assessoria foram de grande importância nas interações da associação junto a órgãos públicos e gestores municipais. No amadurecimento do trabalho em 2008, aplicamos um *survey*⁷ domiciliar para diagnóstico sobre a situação socioambiental e da percepção/informação sobre o Plano Diretor⁸ de São João del-Rei e órgãos fiscalizadores do uso e ocupação do solo no município⁹. Houve também um levantamento e cadastramento dos movimentos sociais no município¹⁰. Foi feita a produção e distribuição trimestral de uma “folha informativa” divulgando informes e andamento do trabalho.

III – Resultados

É bom lembrar que, se o trabalho de pesquisa e extensão do programa de extensão “Cidadania e justiça ambiental: ações de mobilização comunitária em São João del-Rei (MG)” foi, no ano corrente, ampliado para a escala municipal, isso não significou o abandono do trabalho nos bairros. Assim, os resultados aqui relatados referem-se aos trabalhos realizados especificamente nos bairros Gameleiras e Águas Gerais, contemplados pelo programa de extensão desde 2006.

No início de abril, participamos de uma reunião da Associação de Moradores dos Bairros Águas Gerais e Gameleiras, que contou com a presença de nove pessoas das comunidades e dois bolsistas do NINJA, o bolsista de extensão Thiago L. A. Moreira e o ex-bolsista do PIBIC-JUNIOR Felipe Nazaré, que é também morador do bairro Gameleiras. Na ocasião, Felipe Nazaré apresentou resultados da pesquisa sobre a formação dos bairros Águas Gerais e Gameleiras, desenvolvida, pelo NINJA, nos anos de 2006 e 2007¹¹, devolvendo os resultados para as comunidades.

Nessa mesma reunião, foi recomposta a diretoria da associação, com a eleição de pessoas para alguns cargos que estavam vagos. Isso representou um passo importante na reorganização do movimento, que havia passado por séria crise em 2007, quando desavenças entre pessoas da comunidade, em parte ligadas a questões partidárias, quase levaram à extinção da associação. Na ocasião, auxiliamos na realização de uma nova diretoria. Contudo, o presidente eleito manteve a associação inoperante, faltando, inclusive, às reuniões por ele mesmo convocadas.

Reeleito o antigo presidente e recomposta sua diretoria, a associação aprovou os objetivos para o trabalho extensionista de 2008, reafirmou a parceria com o NINJA e priorizou a luta para reivindicar infra-estrutura em saneamento básico. Puseram-se de acordo com nossa proposta de articular ações com outros movimentos da cidade em torno de áreas/problemas temáticos.

Observamos que o movimento reivindicativo dos bairros supracitados enfrenta obstáculos consideráveis ligados às precariedades das condições vigentes na comunidade. Isto se justifica pela presença de fortes clivagens político-partidárias entre os moradores dos bairros. O trabalho focava a mobilização das comunidades para a melhoria das condições de vida, mas empacava em debates político-partidários que desmobilizavam e acirravam conflitos entre os moradores, nas reuniões. Com o início das eleições municipais e a corrida de candidatos pelo maior acúmulo de votos, as reuniões se perderam não só em debates e defesas de propostas e candidatos, como em “manobras políticas” aplicadas pela efervescência do período eleitoral.

Por exemplo, em uma reunião da associação de moradores, com a presença de 29 moradores, um representante da empresa de transporte urbano do município, chamada Presidente, e uma funcionária da Secretaria de Cultura e Turismo justificaram sua presença por estarem preocupados com a situação do bairro. Por meio de conversas informais com moradores, descobrimos que o gerente da empresa era candidato a vereador no município. Desde que começamos o trabalho de extensão no bairro, em 2006, essa reunião foi a que contou com o maior número de participantes, o que certamente se deve ao fato de um dos oito pontos de pauta se referia à “instalação de uma linha de ônibus no bairro”.

Preunciando um encontro tenso, um dos Membros da diretoria alertou, logo no início da reunião, que suspenderia os trabalhos, caso houvesse agressões verbais. E, realmente, as discussões mais ásperas começaram entre a representante da Secretária Municipal de Cultura e Turismo e um morador das Águas Gerais, então candidato a vereador (posteriormente eleito) por partido que fazia parte da oposição ao prefeito municipal. Evidentemente, o candidato a vereador procurava evitar que a implantação da linha de ônibus durante o período da campanha eleitoral se consolidasse, o que traria, sem dúvida, grande aporte de votos para o gerente da empresa de ônibus, também candidato a vereador, mas não morador do bairro. O desenrolar da reunião levou a crer que houve denúncia à justiça eleitoral de que a instalação da linha de ônibus, em caráter experimental, configurava ilícito eleitoral. A instalação da linha de ônibus ficaria, então, para depois das eleições, tendo a representante da Secretaria Municipal de Turismo dito que o gerente da empresa de ônibus e candidato a vereador garantiria a implantação do serviço, que ele estava junto com os moradores “para o que der e vier” e que já havia providenciado a vinda de 4 lixeiras

para serem instaladas nos bairros. Ela também falou que iria lutar para a vinda de uma oficina gratuita de artesanato para as mulheres dos bairros, uma vez por semana.

A reunião terminou implodida pelas discussões entre, de um lado, a representante da Secretaria Municipal de Turismo e o representante da empresa de transporte público e, de outro lado, o morador-candidato a vereador, o que inviabilizou a discussão dos demais sete pontos da pauta.

Essas manobras e rixas político-eleitorais dificultaram mais ainda a já difícil mobilização dos moradores. A falta de uma linha de ônibus ligando os bairros Águas Gerais e Gameleiras ao Centro é uma das principais carências desses bairros, afetando, sobretudo, as pessoas idosas, grávidas e doentes, que têm que se locomover a pé até o Centro, num percurso que dura cerca de 40 minutos¹². A eficácia dessas manobras político-eleitorais e seu efeito deletério sobre a organização das comunidades se vêem favorecidos pela extrema carência da população local e pelo seu baixo grau de informação. Com efeito, no bairro Águas Gerais o desconhecimento do Plano Diretor Municipal é muito alto, de 85,7 %¹³. A inexistência de um instrumento de circulação e/ou informação sobre o Plano Diretor para as

comunidades de baixa renda pode ser analisada como sendo uma das justificativas da dificuldade dessas populações de afinarem a suas lutas por melhorias segundo concepções pautadas na noção de cidadania, o que faz delas presas fáceis para os esquemas clientelistas de populistas de poder.

O índice de desconhecimento das comunidades acerca do Conselho da Cidade também é alto. Dos entrevistados, 75%¹⁴ da população não têm conhecimento do que vem a ser o Conselho da Cidade. Os dados sobre a percepção do Plano Diretor quanto do Conselho da Cidade denunciam uma parte da cidade que é oculta, uma cidade “invisível” (MARICATO, 2000). Oculta, pois é na instância do Conselho da Cidade que estas comunidades teriam um dos instrumentos para a cobrança e fiscalização do que está sendo implementado e cumprido pelo Plano Diretor. Se ao espaço do Conselho da Cidade não lhes é permitido, o processo de ocultamento dos problemas de infra-estrutura urbana que essas comunidades enfrentam é cada vez mais forte e usado pelos órgãos públicos municipais e pelos políticos como fonte de votos.

A ocultação da cidade oculta pode ser também inferida pela falta de dados e informação que órgãos públicos têm das condições sócio-ambientais dessas comunidades. Se o Conselho da Cidade deveria ser um espaço de informação, trocas de dados e fiscalização em âmbito municipal, um espaço democrático para discussão, observamos que, ao contrário, nada mais é do que um espaço para afirmar as (re)produções e apropriações dominantes dos territórios urbanos. Além de legitimar, também reflete contradições sociais, reafirmando e reproduzindo-as tanto no campo político quanto no econômico.

Ainda durante o ano de 2008, confeccionamos e distribuimos à população local boletins informativos sobre os trabalhos que vinham se desenvolvendo. Apresentamos, em conjunto com a

associação de moradores, ofício à Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), solicitando reparos urgentes na rede elétrica e a troca de dois transformadores para o modo bifásico, com vistas à solução cabal dos constantes eventos de queda de energia nos bairros. Também foi entregue ofício ao Departamento Autônomo Municipal de Água e Esgoto (DAMAE), pedindo providências imediatas para a instalação de uma rede de coleta de esgotos domésticos e a perfuração de um poço artesiano, conforme o órgão havia prometido à população no início de 2008. Por fim, entregamos correspondência ao Secretário Municipal de Obras e Transportes, solicitando o asfaltamento das ruas Travessa Boa Esperança e Buraco do Urubu, localizadas no bairro Águas Gerais. Nesses casos, assim como em todos os anteriores, não recebemos qualquer resposta oficial da CEMIG ou dos órgãos públicos municipais.

IV – Conclusão.

As comunidades dos bairros Águas Gerais e Gameleiras sofrem com o total descaso – por parte do poder público – para a obtenção de serviços básicos de infraestrutura e equipamentos urbanos, o que contrasta com a situação de bairros ocupados por classes média e alta. Esses estratos sociais dispõem de todos os serviços urbanos e, com maior frequência, de informações, capitais econômico, político, social, etc. Por essas assimetrias na disposição de serviços e equipamentos urbanos, pela ausência de direitos, discussões sobre o uso e ocupação do solo, essas comunidades vivem uma exclusão sócioambiental, sendo mal servidas de infraestrutura e serviços urbanos, personificadas na exclusão. É esta marca, a ausência de direitos, que determina a exclusão ambiental e urbana, pela marca da ilegalidade que, no fundo, é originada na má distribuição dos serviços de infra-estrutura urbana. Assim: “O solo ilegal parece constituir a base para uma vida esquecida pelos direitos e benefícios urbanos, como não há uma legislação para a resolução dos conflitos. É nesse vazio de regras jurídicas e socialmente definidas que novas regras são arbitradas e novas autoridades se instituem”. (MARICATO, 2006) 15.

Esta situação poder ser contornada, na medida em que os conflitos ambientais urbanos no município de São João del-Rei são reconhecidos e ganham visibilidade, saindo do ocultamento, da “cidade ilegal” (MARICATO, 2000). Isto propicia, por consequência, uma série de medidas – planos de ações – que provocariam a discussão sobre controle urbanístico, fiscalização do uso e ocupação do solo, como a criação de um banco de dados sobre a situação sócio-ambiental do município, implicando na incorporação, pelos órgãos públicos, gestores urbanos e leis ambientais dos princípios de justiça ambiental.

Na medida em que isso não ocorre, a situação de extrema carência dos territórios urbanos objeto do programa de extensão “Cidadania e justiça ambiental: ações de mobilização comunitária em São João del-Rei (MG)” configura-se como resultado da operação do mercado imobiliário e da sucessão ininterrupta de gestões urbanas regressivas. Simultaneamente, essa carência aparece

como inesgotável fonte de votos, em torno da qual se engalfinham os interesses políticos e partidários, principalmente em anos eleitorais, como o atual, em que as últimas esperanças dos moradores são duramente disputadas pelos projetos de poder, o que debilita ainda mais a já frágil organização das comunidades e, conseqüentemente, dificulta enormemente o nosso trabalho de extensão, que objetiva precisamente assessorar a organização e as lutas reivindicativas dessas comunidades.

Notas.

1 O Núcleo de investigação em Justiça Ambiental (NINJA) é um grupo de pesquisa e extensão, coordenado pelo prof. Eder Jurandir Carneiro, registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

2 Para uma apresentação histórica e conceitual da noção de justiça ambiental, ver Acselrad et al. (2004).

3 Territórios entendidos aqui como condições naturais específicas que estão fundidas em ambientes particulares, construídos pelo trabalho humano e apoderados por determinadas coletividades humanas, o que lhes confere singularidade (CARNEIRO, 2007).

4 O caráter “urbano” de um território é, evidentemente, uma construção social. Na sociedade brasileira contemporânea, a urbanidade de um território é socialmente reconhecida quando ele possui certos

equipamentos e serviços de infra-estrutura, tais como redes de captação de esgoto, redes de distribuição de água, redes de distribuição de energia elétrica, coleta de lixo, pavimentação de ruas, segurança pública, equipamentos de lazer, etc. (CARNEIRO, 2007).

5 Os conflitos ambientais ocorrem, assim, quando há um desacordo no interior do arranjo espacial de atividades de uma localidade, região ou país: a continuidade de um tipo de ocupação do território vê-se ameaçada pela maneira como outras atividades, espacialmente conexas, são desenvolvidas. (ACSELRAD, 2005).

6 Aproveito o espaço para agradecer a todos do NINJA que contribuíram em muito no desenvolver deste trabalho. Agradeço a Vivian Prado, Eder Carneiro, Luiz Raimundo da Silva, Vitor Augusto, Samuel Silva, Tatiane Camargos, Lauren Soledad, Thayane B. M. Dias, Fabíola de Jesus, Felipe Nazaré, Delcimar Ribeiro e Vanessa Silveira pelas contribuições e esforços aplicados no desenvolver do trabalho.

7 Foram aplicados um total de 455 questionários por amostra em 35 bairros de classes populares em São João del-Rei.

8 O Plano Diretor Municipal é um planejamento municipal com o objetivo de definir o uso e ocupação do solo do território municipal de modo a garantir o acesso a terra urbanizada e

regularizada, reconhecendo a todos o direito a moradia e aos serviços urbanos como a criação de condições de habitabilidade com qualidade econômica, social e ambiental para todos.

9 Trata-se do “Conselho da Cidade” e de vários outros conselhos setoriais.

10 Esse cadastro foi realizado a partir de uma filtragem do Cadastro da Receita Federal e da Secretaria de Desenvolvimento Social, ambos realizados no ano de 2006.

11 Para uma exposição dos resultados dessa pesquisa, vejam-se, entre outros, Nazaré e Carneiro (2007-a e 2007-b) e Pinto e Carneiro (2007).

12 A questão do transporte público nos bairros não é a única demanda. O bairro Águas Gerais não tem distribuição de água. Essa distribuição é feita através de mutirão pelos próprios moradores e depende da vazão da nascente em que a água é captada, chegando, em épocas de seca, a não ter água suficiente para consumo dos moradores. Outra demanda no bairro é a colocação de uma rede captação de esgoto pelo Departamento Autônomo de Água e Esgoto (DAMAE). Enquanto 40% dos domicílios do bairro Gameleiras estão conectados a rede de esgoto, nas Águas Gerais esse percentual se reduz a 1,2% - quase zero. O esgoto *in natura* das casas desse bairro, 77,1%, é despejado diretamente no córrego que corta nos bairros. Cf. *survey* domiciliar 2006 – Programa de extensão “Cidadania e justiça ambiental: ações de mobilização comunitária em São João del-Rei (MG)” – UFSJ/PROEX.

13 Cf. *survey* domiciliar 2008 – Programa de extensão “Cidadania e justiça ambiental: ações de mobilização comunitária em São João del-Rei (MG)” – UFSJ/PROEX.

14 Cf. *survey* domiciliar 2008 – Programa de extensão “Cidadania e justiça ambiental: ações de mobilização comunitária em São João del-Rei (MG)” – UFSJ/PROEX.

15 Como no bairro das Águas Gerais não existe rede pública de distribuição de água, existem relatos de que uma minoria no bairro é beneficiada na distribuição da água. O sistema de distribuição foi feito em mutirões pela própria comunidade. A água é captada numa fonte, situada no alto de uma serra, e distribuída à comunidade. As famílias mais próximas a essa fonte detêm maior vazão de água. As que se situam distantes da fonte têm dificuldades de usufruir da água. Esta situação já foi motivo de muitos estranhamentos e conflitos entre os próprios moradores do bairro. Isto ocorre por inexistir, ao longo de décadas, uma gestão urbana que faça cumprir o acesso dessas comunidades à água tratada, como direito de cidadania.

Bibliografia

ACSELRAD, Henri. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. Conflitos ambientais no Brasil, Rio de Janeiro, **Relume-Dumará**, Fundação Heinrich Boll, p.13-35 **ANO**.

_____. **Apresentação**. A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CARNEIRO, Eder Jurandir. **Conflitos ambientais e a construção de territórios urbanos em São João del-Rei (MG)**. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife (PE). 2007.

CARNEIRO, Eder Jurandir; PINTO, Lucas Henrique. **Notas de uma experiência de extensão nos bairros Gameleiras e Águas Gerais – São João del-Rei (MG)**

MARICATO, Ermínia et al. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: EDITORA, 2000.

MARICATO, Ermínia. **Metrópoles brasileiras**. Texto para palestra no Instituto Goethe. 2006.

ZHOURI, Andréa et al. **Introdução**. A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

NAZARÉ, Felipe D.; CARNEIRO, Eder J. **Processos de construção de territórios urbanos de classes populares: o caso dos bairros Águas Gerais e Gameleiras em**

São João del-Rei (MG). Anais da XX Semana de Divulgação de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal de São João del-Rei, novembro, 2007-a.

_____. **Cidadania e justiça ambiental: história de formação e luta dos bairros Águas Gerais e Gameleira, em São João Del-Rei (MG)**, anais do XV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Federal de São João del-Rei, novembro, 2007-b.

PINTO, Lucas H. e CARNEIRO, Eder J. **Cidadania e justiça ambiental: ações de mobilização comunitária nos bairros Águas Gerais e Gameleiras, em São João del-Rei (MG)**. Ano 2007. Anais da VI Semana de Extensão da Universidade Federal de São João del-Rei, novembro, 2007.